

AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Family Agriculture and Program for Purchase of Food in the State of Mato Grosso

Fabiana Ferreira Cabral¹
Maialu Antunes Cardoso²
Santino Seabra Junior³
Soraia Olivastro Teixeira⁴

RESUMO: Um dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares é a comercialização da produção, dificuldade essa reduzida com a inserção dos agricultores no PAA. Este estudo busca investigar a realidade atual da agricultura familiar e do PAA no Estado de Mato Grosso; comparar os resultados produtivos, número de municípios e produtores beneficiados ao longo de 2003 a 2013 nas modalidades do programa e com ambos os recursos do MDS e MDA; os benefícios e as dificuldades no acesso ao programa. Para a realização do trabalho adotou-se o levantamento bibliográfico e dados disponibilizados pela CONAB. Os resultados apontam que o PAA no estado de Mato Grosso atingiu maior número de agricultores nos anos de 2010-2012, garantindo a geração de renda familiar, organização (associações e cooperativas) entre os agricultores, fornecimento de alimentos e o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Política pública; Segurança alimentar e nutricional; Comercialização.

Abstract: One of the challenges faced by family farmers is the commercialization of the production, the reduced difficulty with the inclusion of farmers in the PAA. This study seeks to investigate the current reality of family farming and the PAA in the State of Mato Grosso; compare the productive results, number of municipalities and producers benefited over 2003-2013 in the program's terms and with both the MDS and MDA resources; the benefits and difficulties in access to the program. To carry out the work was adopted the literature and data availability by CONAB. The results show that the PAA in Mato Grosso reached more farmers in the years 2010-2012, ensuring the generation of family income, organizations (associations and cooperatives) among farmers, food supply and local development.

Keywords: Public policy; Food and nutrition security; Marketing.

JEL: Q180

¹ Bióloga. Mestranda em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos da Universidade do Estado de Mato Grosso. fabiherbam@gmail.com

² Bióloga. Mestranda em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos da Universidade do Estado de Mato Grosso. maialu88@hotmail.com

³ Agrônomo. Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Nova Mutum. santinoseabra@hotmail.com

⁴ Engenheira Agrônoma. Mestranda em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos da Universidade do Estado de Mato Grosso. soraia_olivastro@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O fortalecimento da agricultura familiar é primordial para que os agricultores permaneçam em suas propriedades atendendo as características predominantes desse grupo, porém, ao longo dos anos é evidente o enfoque dos agricultores para o mercado, o mono cultivo e a especialização, negligenciando os cultivos de subsistência e ocasionando em algumas situações a insegurança alimentar, devido grande parte da alimentação da agricultura familiar ter sido comprada e não produzida internamente na propriedade (BALEM & SILVEIRA, 2005).

De acordo com os mesmos autores, essa orientação basicamente para o mercado ocasiona progressivamente a desvinculação dessa agricultura com os cultivos de subsistência, conseqüentemente, ocasiona alterações na essência da agricultura familiar e proporciona a erosão cultural alimentar. Dessa forma, o Programa de Aquisição de Alimentos permite que o agricultor familiar realize atividades diversificadas no estabelecimento rural e possibilita a aquisição desses produtos a preços justos, garantindo assim, a renda familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, consiste em uma das ações do Programa Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuir para a formação de estoques estratégicos e promover a inclusão no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando a comercialização dos produtos cultivados pelos agricultores familiares a preços mais justos (SANTOS, 2011).

O trabalho teve como objetivo verificar a distribuição e o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos vinculados aos agricultores familiares no estado de Mato Grosso.

2. METODOLOGIA

A pesquisa teve como base a revisão bibliográfica de autores que abordam a questão da agricultura familiar, em especial no estado de Mato Grosso. Como fonte secundária da pesquisa, foi utilizado o levantamento de dados do Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Agricultura Familiar

De acordo com a Organização das Nações Unidas (FAO) e o INCRA (1994), a agricultura familiar é caracterizada pela mão de obra, gestão e o

processo produtivo realizado pelo produtor e familiares, tendo os mesmos o conhecimento prático da produção e do cultivo diversificado, para atender as necessidades do consumo próprio e a comercialização do excedente.

A definição de agricultor familiar estabelecido pela Lei Federal nº 11.326/2006 e 12.512/2011, é que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento rural; tenha percentual mínimo da renda familiar oriunda das atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; e dirija o estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011).

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar garante esse abastecimento alimentar do país, mas também, que esta escolha representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equitativo da sociedade.

A agricultura familiar atualmente corresponde com a ocupação de 80% no setor e gera no Brasil sete em cada dez empregos no campo, garantindo também aproximadamente 40% da produção agrícola (CONAB, 2014).

Dessa forma, a agricultura familiar é essencial para a absorção de empregos e produção de alimentos, englobando principalmente as funções de caráter social, através da redução do êxodo rural e sendo uma fonte de recursos para as famílias com menor renda. Além disso, contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia do setor agropecuário e do próprio país (GUILHOTO et al., 2007).

De acordo com o IBGE (2009), observou-se que para a produção brasileira de alimentos a agricultura familiar representou 87,0% da produção nacional de mandioca; 70,0% da produção de feijão; 46,0% do milho; 38,0% do café; 34,0% do arroz; 21,0% do trigo; 59,0% do plantel de suínos; 50,0% do plantel de aves; 30,0% dos bovinos e 58,0% da produção de leite.

No Estado de Mato Grosso, a agricultura familiar é a principal forma social de produção no meio rural, onde é responsável pela produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca, farinha de mandioca, milho em grão, frutas, hortaliças e outros (MELO, 2011).

3.2. Preocupação com a Desagregação da Agricultura Familiar

O processo de substituição da agricultura e do saber do agricultor pela implantação de uma agricultura técnico-científica que dão suporte ao modelo agrícola implantado no país e que é gerado pelos centros de pesquisas traduzidos em produtos e práticas agrícolas a adotar, são fatores que ocasionam a desagregação da agricultura familiar, devido muitos agricultores

abandonarem seus conhecimentos para serem incluídos no mercado (BALEM & SILVEIRA, 2002).

A organização do sistema de produção familiar é produto da racionalidade particular do agricultor, mas condicionada pelas pressões ambientais e as restrições técnicas, econômicas, sociais e ecossistêmicas de sua unidade de produção (SILVEIRA, 1994).

Essas mudanças são explicadas também pelo processo de urbanização do meio rural, devido à intensificação com o contato urbano, exigido pela necessidade de relações com o comércio, indústria e o setor bancário, conseqüentemente, há uma assimilação de valores e hábitos urbanos por parte dos agricultores. Esse comportamento tem como consequência a incorporação de hábitos alimentares de produtos antes ausentes na mesa do agricultor e a substituição de produtos caseiros por alimentos *in natura* ou industrializados adquiridos no comércio (BALEM & SILVEIRA, 2005).

Outra grande mudança no sistema produtivo da agricultura familiar foi à capacidade do agricultor em interferir no funcionamento do ecossistema com a introdução de insumos tecnológicos, que auxiliadas pelo crédito rural ajudaram a negligenciar a produção condicionada ao conhecimento do produtor, que neste contexto, já não se faz mais necessário, desde que as inovações exigem conhecimentos tecno-científicos.

Empresas detentoras desses conhecimentos oferecem técnicos treinados para apresentar ao agricultor um detalhado plano de operação, retirando a possibilidade de exercício da mais antiga e elementar característica do fazer agricultura, a observação permanente do desenvolvimento das culturas agrícolas e as flutuações ambientais que as condicionam.

O processo de modernização da agricultura brasileira integrou de forma subordinada a agricultura familiar às grandes cadeias agro-alimentares, onde o agricultor produzia a matéria-prima no padrão exigido para as indústrias, induzindo assim, o modelo agrícola a monocultura, ocasionando rupturas com as características da agricultura familiar. Os agricultores familiares ao negligenciar os cultivos de subsistência, intensificam a dependência da renda monetária da safra para garantir a maior parte de sua alimentação, conseqüentemente, os recursos financeiros destinados aos investimentos na propriedade tornam-se reduzidos ou ausentes, devido à renda obtida com os monos cultivos em pequena área apresentar baixo retorno financeiro (BALEM & SILVEIRA, 2005).

A regularização fundiária das áreas utilizadas para a agricultura familiar também é um importante processo para o desenvolvimento dessa atividade e ao mesmo momento garantir o reconhecimento dos estabelecimentos rurais, obtidos por herança, posse legítima, que não estão legalizadas, restringindo assim, o acesso a créditos e a participação em programas (BUAINAIN, 2007).

Então, programas que fortaleçam a agricultura familiar, sua qualificação e reestruturação da produção artesanal de alimentos são de fundamental importância para intensificar a fixação dos agricultores nos estabelecimentos rurais e confrontar à erosão cultural alimentar, juntamente com a inserção dos mesmos aos circuitos de comercialização da produção em diferentes mercados.

3.4. Dificuldades da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso

A agricultura familiar no estado de Mato Grosso enfrenta falta de apoio, perspectivas e estímulos, apoiando-se nas atividades de produção de leite, lavouras para subsistência e na comercialização da produção excedente (BUAINAIN et al., 2003).

De acordo com os estudos de Lima & Zomer (2011) em Aripuanã (MT), uma das dificuldades diagnosticadas é que os agricultores vindos de outras regiões não conseguem aplicar as mesmas práticas e técnicas agrícolas que utilizavam anteriormente em suas regiões, ocasionando assim, baixa produção e em algumas situações a desistência da atividade agrícola e a iniciação da criação de gado de corte.

Os agricultores familiares da região sudoeste mato-grossense enfrentam como problemas o baixo índice econômico e de emprego de tecnologia de produção, a falta de assistência técnica, dificuldade na comercialização de frutos nativos e convivem com um clima desfavorável para a produção de espécies convencionais, dentre elas a alface e outras folhosas, reduzindo a competitividade no mercado formal (MENDES et al., 2013).

Conforme os dados das entrevistas realizadas por Lima & Zomer (2011), das 400 famílias presentes no assentamento e em torno de 1.400 famílias no município de Aripuanã (MT), outro fator que se torna um enorme obstáculo é a precária assistência técnica, pois a secretária do município possui em seu corpo técnico, apenas um técnico agropecuário para atender todos esses produtores. Característica esta predominante nos municípios distribuídos pelo estado de Mato Grosso, onde há um reduzido número de técnicos e a falta de veículos para o transporte até os estabelecimentos rurais.

Outra da dificuldade enfrentada pela agricultura familiar é a comercialização da produção dentro do competitivo mercado capitalista, que visa cada vez mais à demanda na produção, fator esse desestimulante para os agricultores (SILVA & ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, a melhoria das condições de produção é de responsabilidade não apenas do governo, mas de toda a sociedade, para melhorar o direcionamento de políticas com ênfase na agricultura familiar.

Esses esforços devem ser concentrados na definição de regiões e especificação de produtos, cuja produção adere-se ao perfil do agricultor familiar. Os cultivos e criações, que dependem de mão-de-obra mais intensificada ou que estão presentes em áreas que impossibilitam o uso da mecanização, devem ser entendidos como alvos nos programas de auxílio à produção familiar (GUILHOTO et al., 2007).

3.5. Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso

O programa visa três vertentes, uma é adquirir os alimentos produzidos por agricultores familiares com dificuldades de inserir seus produtos no mercado, praticando assim, a aquisição dos produtos a preços compatíveis com os praticados no mercado regional, a outra vertente é fornecer alimentos destinados às ações de alimentação e nutrição, como a distribuição dos mesmos para escolas, creches, hospitais e outras entidades beneficiadas que se encontram em risco de insegurança alimentar. O programa visa também, compor estoques estratégicos do Governo Federal, para serem direcionados na complementação alimentar de famílias em situações de vulnerabilidade social e grupos populacionais específicos (MELO, 2011).

Suas diretrizes são definidas por um Grupo Gestor, sendo coordenadas pelo (MDS) e composto por mais cinco Ministérios, tendo como parceria a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os governos estaduais e municipais (MDS, 2014).

De acordo com a Conab (2009), os recursos do programa foram aplicados principalmente nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra para Doação Simultânea (CPR Doação) e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque), sendo que a modalidade CPR-Doação foi a mais expressiva ao longo dos anos.

Referente ao desenvolvimento das modalidades com os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), verifica-se que somente no ano de 2003 a modalidade de Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) foi praticada (Tabela 1), essa consiste na antecipação de recursos para o plantio e atinge principalmente agricultores familiares que não são beneficiados por crédito.

Outra modalidade também utilizada somente no ano de 2005 foi a da Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), com a participação de 9 municípios e 421 agricultores familiares. Essa modalidade trata da aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa, oriundos da agricultura familiar, visando à formação de estoques ou a doação

simultânea a populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais.

Tabela 1. Indicadores do MDS aplicados em Mato Grosso de 2003 a 2013, nas modalidades CAAF, CAEAF, CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação

Modalidade do PAA	Ano	Nº de Município atend.	Nº de prod. atend.	Nº de pessoas benefi.	Recurso aquis. (Milhões)	Quant. Adqu (kg)
CAAF	2003	-	-	614*	1, 256	-
CAEAF	2005	9	421	9.972	0, 526	287.000
CDAF	2003	-	-	251*	0, 501	-
	2004	-	-	144*	0, 262	-
	2005	11	1.061	-	2, 324	6.959.766
	2006	3	15	-	0, 037	37.500
	2009	5	304	-	0, 781	535.429
CPR-Estoque	2010	1	8	-	0, 036	10.000
CPR-Doação	2006	18	865	66.549	1, 488	972.800
	2007	30	1.428	144.114	3, 778	2.294.000
	2008	44	1.816	210.239	5, 517	3.535.000
	2009	16	916	66.527	2, 671	1.627.111
	2010	56	2.887	419.541	9, 823	5.981.000
	2011	45	2.762	418.507	11, 349	6.514.000
	2012	52	4.126	-	17, 413	8.822.000
	2013	26	1.215	-	5, 617	3.364.638

* número de famílias beneficiadas.

- ausência de informações da Conab.

Fonte: CONAB (2014).

Nota: Elaborado pela autora com adequações.

A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) possibilita aos agricultores a comercialização de alimentos, a preços situados em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado, sendo que a modalidade teve maior expressão no ano de 2005 em todos os indicadores analisados, com a participação de 11 municípios e 1.061 produtores familiares.

Para a modalidade de Compra para Doação, verificou-se que em 2012, foram adquiridas de 4.126 produtores familiares em 52 municípios, 8.822.000 kg de diversos produtos alimentícios, com o recurso para a aquisição de 17,413 milhões de reais. O ano que apresentou maior abrangência de municípios totalizando 56 foi em 2010, onde foram adquiridos de 2.887 produtores familiares, 5.981.000 kg de produtos alimentícios, distribuídos a 419.541 pessoas beneficiadas e com 9,823 milhões de reais de recursos para a aquisição.

A menor participação dos municípios ocorreu no ano de 2009, atingindo 16 municípios (Alto Paraguai, Cáceres, Carlinda, Cláudia, Castanheira, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Curvelândia, Juruena, Mirassol D'Oeste, Nova Olímpia, Poconé, Porto dos Gaúchos, São Jose dos Quatro Marcos, São Jose do Rio Claro e Terra Nova do Norte), esse comportamento deve-se os efeitos do ano de 2008, onde houve uma grande demanda na modalidade CPR-Doação, e as propostas foram encaminhadas à Conab Matriz nos últimos meses do ano. Devido o atraso nas propostas pelas próprias associações de agricultores familiares, faltaram recursos para a liberação do pagamento dessas propostas. Porém, de acordo com a Conab/MT as propostas foram pagas em 2010, resultando assim, no acúmulo de municípios participantes da modalidade (MELO, 2011).

Analisando os recursos provenientes do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) investidos no PAA no estado de Mato Grosso, é verificado na Tabela 2, que em 2006, através da modalidade CDAF, foram adquiridas 4.763.500 kg de diversos produtos agrícolas de 491 produtores distribuídos em 11 municípios, com o custo total de 1,284 milhões de reais. Entretanto, essa modalidade não teve operacionalização no Estado de Mato Grosso no ano de 2008, onde retornou a atuação em 2009 atingindo apenas o município de Itanhangá, ofertando o milho e atendendo 162 produtores familiares.

Tabela 2. Indicadores do MDA aplicados em Mato Grosso de 2006 a 2013, nas modalidades CDAF e CPR-Estoque

Modalidade do PAA	Ano	Nº de Municípios atendidos	Nº de produtores atendidos	Recurso c/ aquisição (Milhões)	Quantidade adquirida (kg)
CDAF	2006	11	491	1, 284	4.763.500
	2007	4	262	0, 866	3.851.000
	2009	1	162	0, 563	2.677.704
CPR Estoque	2006	11	66	0, 201	205.600
	2007	5	74	0, 242	305.000
	2008	9	145	0, 465	495.000
	– 2009	7	174	0, 571	385.565
	2010	4	138	0, 588	331.000
	2011	4	244	1, 030	811.000
	2012	-	461	2, 083	1.630.000
2013	-	72	0, 476	368.600	

- ausência de informações da Conab.

Fonte: CONAB (2014).

Nota: Elaborado pela autora com adequações.

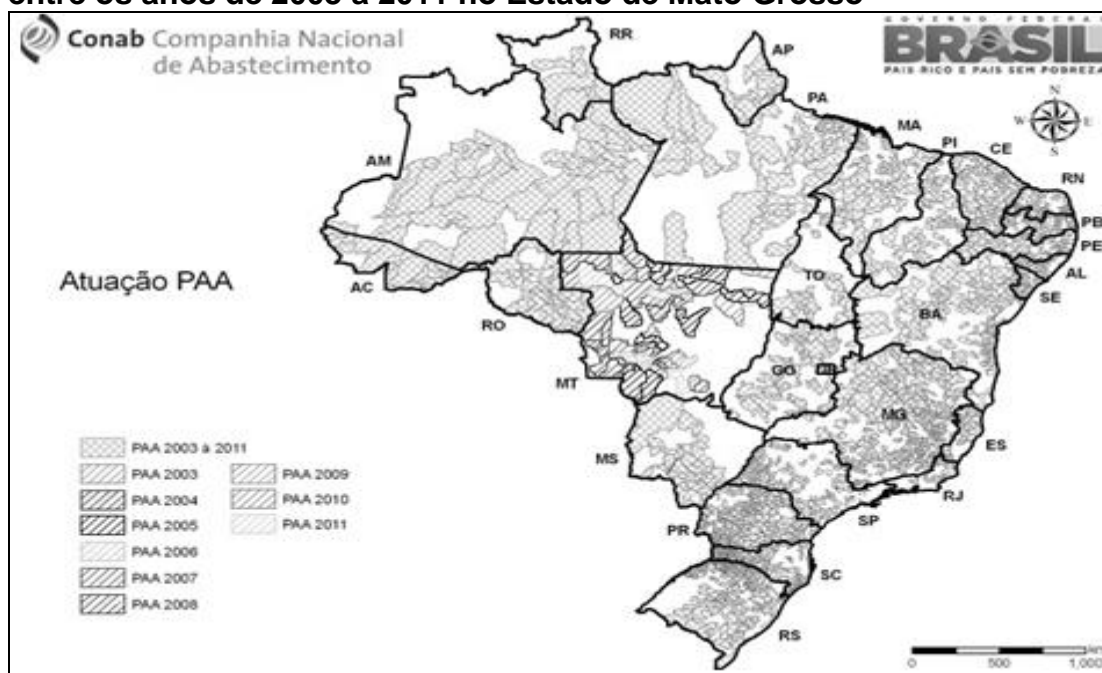
A modalidade CPR-Estoque, cujo objetivo é a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, apresentou a maior abrangência de municípios no ano de 2006, totalizando o atendimento de 11, porém a

mesma atingiu os menores valores para o número de produtores atendidos (66), recursos com aquisição (0,201 milhões de reais) e quantidade adquirida (205.600 kg). Ao contrário do ano de 2012, onde 461 produtores familiares participaram do PAA, fornecendo 1.630.000 kg de produtos agrícolas, sendo que o recurso para aquisição foi de 2,083 milhões de reais.

De acordo com Melo (2011), a redução de municípios praticando essa modalidade mesmo ocorrendo o aumento no número de agricultores familiares acessando-o, é devido à inadimplência de alguns agricultores familiares. Muitos agricultores adiantam o recurso com a Conab, porém, os mesmos não conseguem concretizar a negociação dos seus produtos com o mercado.

De acordo com a Figura 1, pode-se observar a incorporação anual dos municípios do estado de Mato Grosso no decorrer dos anos de 2003 a 2011, sendo que a menor incorporação de municípios pelo programa do PAA ocorreu no ano de 2009 para todas as modalidades do PAA. Esse comportamento pode ser explicado devido o atraso no envio das propostas pelos agricultores, conseqüentemente ocorreu à ausência de recursos para o pagamento dessas propostas.

Figura 1. Expansão da atuação do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2003 a 2011 no Estado de Mato Grosso



Fonte: CONAB, 2014.

Nota: Elaborado pela autora com adequações.

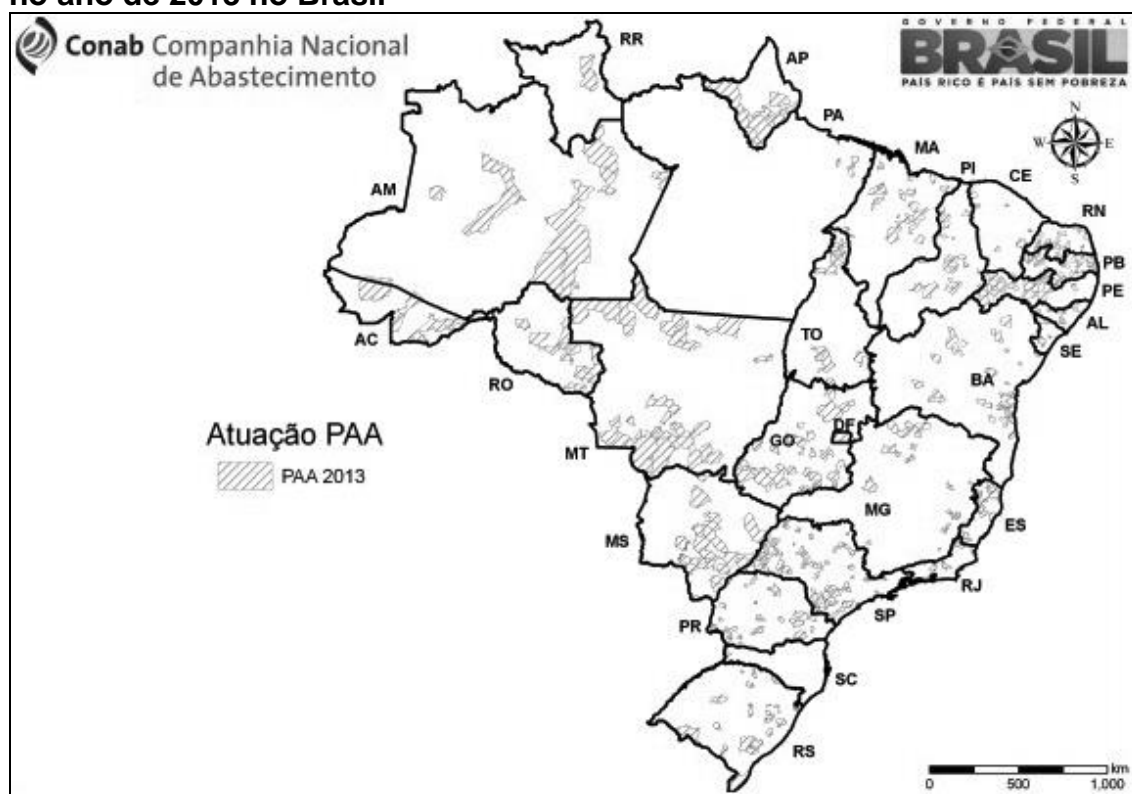
Segundo a CONAB (2014), no último relatório efetuado no ano de 2013, o número de municípios atendidos pelo programa no estado de Mato Grosso foram de apenas 26 do total de 141 municípios, sendo que os mesmos apresentavam uma distribuição concentrada na região norte e sul do estado de

Mato Grosso (Figura 2). Porém, nos três anos anteriores 50 municípios na média participaram do programa em cada ano.

Na região do Vale do Jauru situada na região Sudoeste de Mato Grosso, foi realizada em 2007 um levantamento com os agricultores familiares em dois assentamentos. A partir desse estudo, constatou-se que 42,10% das 57 famílias presentes no assentamento Roseli Nunes e 60,72% das 28 famílias do assentamento Florestan Fernandes participavam do PAA. As famílias que não participavam do programa pretendiam entrar no mesmo, devido aos benefícios que ele proporcionava para as famílias participantes (LOPES & LONGHI, 2008).

Esse resultado está em conformidade com o mapa da Figura 1, onde o Programa de Aquisição de Alimentos na região de Jauru iniciou-se no ano de 2007 e na região sudoeste mato-grossense essa maior participação e abrangência de municípios ocorreram no ano de 2005.

Figura 2. Municípios atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2013 no Brasil



Fonte: CONAB, 2014.

De acordo com Lopes & Longhi (2008), 100% dos entrevistados dos assentamentos Roseli Nunes e Florestan Fernandes responderam que o programa os estimula a produzir. Segundo as 22 famílias do assentamento

Roseli Nunes e 28 famílias do Florestan Fernandes, o programa também contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

A Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA) localizada também na região sudoeste mato-grossense, iniciou no ano de 2005 a entrega de produtos agroecológicos (hortaliças, cereais, frutas e farinhas) através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) para escolas de Mirassol D'Oeste e São José dos IV Marcos, com 10 famílias e uma renda gerada de aproximadamente R\$ 20.000,00. E essa parceria em 2011 proporcionou a participação de 104 famílias, com produção superior a 90.000 kg de produtos e uma renda aproximadamente de R\$ 468.000,00 nos quatro assentamentos da ARPA (MENDES et al., 2012).

De acordo com Mendes et al. (2013), na safra 2012/2013 seis assentamentos (Roseli Nunes, Corixo, Bom Jardim/Furna São José, Sadia Vale Verde, Margarida Alves e N. S. da Guia) localizados nos municípios que formam a região sudoeste mato-grossense usufruem do PAA, com 205 agricultores. Esse acesso contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e o estímulo da organização dos agricultores em associações, possibilitando inserção dos produtos neste mercado e a troca de informações entre os agricultores.

Nos assentamentos rurais da região sudoeste mato-grossense outra atividade vinculada à agricultura familiar são as agroindústrias de processamento de frutos nativos, tendo como principais produtos o cumbaru, pequi e o coco do babaçu, matérias-primas essas extraídas e processadas nos respectivos assentamentos do Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves. Os produtos alimentícios derivados desses assentamentos são comercializados via Conab por meio do governo federal, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da modalidade de compra direta local com doação simultânea (MENDES et al., 2014).

O PAA contribui também na diversificação da alimentação escolar dos assentamentos da região sudoeste mato-grossense, comunidades vizinhas e bairros periféricos das cidades próximas, possibilitando a introdução do leite em pó e produtos como bolacha, os quais geralmente eram adquiridos no estado de São Paulo. Dessa forma, há o desenvolvimento regional, com o aquecimento do mercado local através de investimentos na produção, aquisição de insumos e tecnologias, conseqüentemente esses resultados contribuem para a melhor qualidade de vida do homem do campo (MENDES et al., 2013).

3.6. As Dificuldades Encontradas para Acessar os Benefícios do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero e constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire diversos alimentos dos agricultores e realiza diferentes ações como a formação de estoques e doações simultâneas dos alimentos agrícolas para pessoas que se encontram em risco alimentar. No entanto, existem diversas barreiras que ainda devem ser enfrentadas pelos produtores para acessarem esse programa e se beneficiarem do mesmo.

De acordo com Rocha et al. (2007), as principais dificuldades relatadas na Bahia, pelos agricultores familiares para acessarem o programa foram a documentação exigida; a qualidade da produção; falta de planejamento entre o calendário do programa e a produção na região; sazonalidade da produção e a falta de apoio técnico para promover as atividades propostas.

Um dos critérios para que o agricultor familiar receba os beneficiamentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é de estar cadastrado no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) (BRASIL, 2006). Essa condição limita muitos produtores pela falta de conhecimento sobre os documentos exigidos, no entanto essa situação pode ser sanada com melhor divulgação e orientação dos produtores.

Para se ter exemplo, no assentamento Medalha Milagrosa em Aripuanã (MT), apenas 9% dos 32 produtores entrevistados participam dos programas do PAA do governo federal. Essa baixa participação deve-se a falta de documentação necessária dos produtores; dificuldade dos mesmos em assumir compromissos, pois possuem receio de não conseguirem cumprir com a demanda, devido à falta de assistência técnica contínua e a de estrutura (irrigação e casas de vegetação); dificuldade no transporte da produção e a ausência de informações e orientações dos programas (LIMA & ZOMER, 2011).

Segundo Grisa et al. (2011), um problema frequente que ocorre principalmente após a inserção do agricultor familiar ao programa é no transporte dos produtos do local de produção até o de consumo, devido as grandes distâncias, condições precárias das estradas, carência de veículos e o custo elevado no transporte, fatores esses que limitam a participação e a execução do programa.

Essas dificuldades devem ser eliminadas ou reduzidas para ocorrer a maior participação dos agricultores familiares ao programa e consequentemente garantir melhor renda familiar e condição de vida para o homem do campo, a partir dos benefícios provenientes do PAA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Aquisição de Alimentos valoriza a produção local, proporciona à geração de renda dos agricultores familiares, a dinamização da economia local, a agregação e fortalecimento dos grupos de agricultores (associações e cooperativas), formação de estoques estratégicos, a preservação da biodiversidade e o acesso da população em insegurança alimentar e nutricional a uma alimentação diversificada.

No entanto, ainda existem poucos trabalhos que abordam a distribuição e funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos em outras regiões do estado de Mato Grosso, sendo necessária a elaboração de trabalhos nas regiões do Norte e Nordeste do estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP. 1992. 275 p.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. **Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública**. In: V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS E V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IESA/SBSP, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 out. 2011.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Unicamp, 2007. 238 p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Sociologias, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=1>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Relatório de Gestão 2009.** Superintendência Regional de Mato Grosso: CONAB, 2009. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FAO & INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994. 24 p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar.** *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** In: 35º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. Anais... Recife: Encontro Nacional de Economia, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LIMA, A. F. A.; ZOMER, C. **Condições gerais da organização e da produção em assentamento rural de Aripuanã – MT e o acesso dos produtores aos incentivos e benefícios federais.** In: VIII CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: CVBA, 2011.

LOPES, M. S.; LONGHI, N. E. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos: PAA nos assentamentos Roseli Nunes e Florestan Fernandes no Vale do Jauru – MT.** In: IV CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 4., 2008, Cáceres. Anais... Cáceres: PROBIC/PIBIC/CNPq/UNEMAT, 2008.

MELO, G. C. F. C. **Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos em Cuiabá – MT.** 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; FERNANDES, R. S.; PAIVA, S. L. P.; CUIABANO, M. N.; KREITLOW, J. P. **Agricultura familiar agroecológica e segurança alimentar na região sudoeste mato-grossense, Brasil.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 21., 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia, 2012.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SEABRA JÚNIOR, S. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar nos assentamentos da região sudoeste mato-grossense.** Cadernos de Agroecologia, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.

MENDES, M. F.; SILVA, M. A.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SEABRA JUNIOR, S. **A organização e a produção agroindustrial extrativista na fronteira Brasil-Bolívia, na região sudoeste de Mato Grosso.** Revista Conexão, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 140-149, 2014.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Aquisição de alimentos e promoção social.** Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom> >. Acesso em: 11 jun. 2014.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. **Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista.** Cadernos do CEAM, Brasília, v. 7, n.1, p. 139-163, 2007.

SANTOS, L. **Relatório final de consultoria: análise de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e diagnóstico da agricultura familiar.** Recife: PRORURAL, 2011. 51 p.

SILVA, M. O.; ALMEIDA, R. A. **Limites e perspectivas do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE): o caso do assentamento corixinha em Cáceres/MT.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia: ENGA, 2012.

SILVEIRA, P. R. C. **Reflexões sobre o modo de gestão em unidades de produção agrícolas familiares: um estudo exploratório.** 1994. 209 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.